



Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulfio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINARIA
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1992**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Hermas Brandão.

As quatorze horas e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Durval Amaral, Ernani Pudell, José Alves, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino e Rafael Greca de Macedo (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINARIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 07.05.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

Assentimento.

Senhor Presidente, eu quero anunciar a presença do Deputado Aloísio Krolin do PT, do Espírito Santo, que está visitando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; encontra-se acompanhando a Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe com satisfação a presença do nosso colega e faz absoluta questão que o Nobre Deputado assente aqui entre os seus Pares.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 044/89, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 340/88, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que dispõe sobre a instituição da identidade estudantil nas escolas públicas do Estado do Paraná. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 95/89

Curitiba, 12 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 080/89, dessa Presidência e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos, da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 340/88, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo instituir em caráter obrigatório a identidade estudantil na rede oficial de ensino com objetivo social, cultural e de identificação da clientela escolar.

O não acolhimento ao Plano de Lei em causa decorre do mesmo ter sido considerado contrário aos superiores interesses

públicos, conforme pronunciamento da Senhora Secretária de Estado da Educação, cujos termos, por mim ratificados, vão adiante transcritos.

"Tem o presente a finalidade de expor a Vossa Excelência o posicionamento desta Pasta em relação ao Projeto de Lei nº 340/88, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, com respeito à instituição de identidade estudantil nas escolas públicas do Estado do Paraná, em caráter obrigatório.

Para tanto, alinhamos as seguintes considerações:

1. A Lei nº 7.962/84, de 21.11.84, proíbe a cobrança das taxas e contribuições nos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º de 2º Graus.

2. Houve processo de interesse da União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º Graus - UPES, que tramitou nesta SEED, protocolado sob nº 228.306/87, concernente à institucionalização de Identidade Oficial, o qual recebeu o Parecer nº 22/87, da Assessoria Jurídica desta Pasta, que evidenciou a legalidade da petição e destacou o cumprimento do exposto no Art. 1º, da Lei nº 7.819, de 29.12.83, com respeito à celebração do Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a UPES, e ainda a regulamentação por Portaria desta SEED, onde deverá ficar facultado o uso da identidade pelo aluno.

3. Cumpre observar, ainda, que o direito de isenção de pagamento de qualquer taxa, respalda-se no nível de carência do aluno e nos preceitos legais vigentes, que preservam a gratuidade do ensino na faixa de 7 a 14 anos. A postura desta Secretaria, portanto, é a de vedar sempre o uso de quaisquer formas que impliquem em coagir o aluno ao pagamento de taxas que venham a ser estabelecidas a qualquer título".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

Projeto de Lei nº 340/88 (Publicado no D.A. nº 135 de 14.12.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 340/88

VETO GOVERNAMENTAL

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Nereu Massignan propõe projeto de lei, com a finalidade de instituir, em caráter obrigatório a identidade estudantil na rede oficial de ensino, com objetivo social, cultural e de

identificação da clientela escolar, - a ser expedida pela União Paranaense dos Estudantes - UPES".

Aprovado por esta colenda Casa de Leis, foi o projeto enviado à sanção, tendo sido vetado pelo Governador do Estado.

Sua Excelência, além de se louvar em parecer emitido pela Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli, cujos termos foram por ele ratificados, justificou a razão do veto por considerar o projeto contrário aos interesses públicos (art. 28, § 1º da Constituição Estadual).

Eis que, considerando o que lhe confere o Art. 47, inciso III da mesma Carta Magna Estadual e, tendo em vista a justificativa delineada, houve por bem vetá-lo.

Nestas condições, esta Comissão, chamada a opinar sobre o veto, se manifesta favoravelmente à sua manutenção.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CANDIDO BASTOS

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/89, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 39/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Pinto, com sede nesta Capital. Com Relatório da CCJ, considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 96/89

Curitiba, 13 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 087/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 039/89, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 8.160, de 07 de novembro de 1985.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 039/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.05.89

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 39/89

P A R E C E R:

Examinando o Veto aposto ao Projeto de Lei nº 39/89, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição Estadual, estando portanto em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Analisando as razões que provocaram o Veto ao plano de Lei ora em pauta, constatamos que o mesmo foi aposto em razão da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 8.393, de 24 de outubro de 1986.

Por tal fato, emitimos o nosso parecer favorável a manutenção do Veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CANDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/89, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 115/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO OF. 363/89, que concede aos técnicos de controle e consultores do quadro de pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado, verba de representação. Com Relatório da CCJ, considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 105/89

Curitiba, 20 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento o Ofício nº 113/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 115/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo assegurar aos ocupantes dos cargos de Técnicos de Controle e Consultor Técnico do Quadro de Pessoal Efetivo de nível universitário do Tribunal de Contas do Estado, previstos na Lei nº 6.746, de 25 de março de 1988, a percepção da verba de representação na base de 80%

(oitenta por cento) sobre os vencimentos e a eles incorporada para todos os efeitos legais.

O veto parcial apostado incidirá sobre as expressões "nas profissões pertinentes", contidas no art. 1º, do Projeto de Lei em causa, as quais não foram acolhidas tendo em vista manifestações da Presidência do egrégio Tribunal de Contas do Estado, de que aquelas expressões, por não terem qualquer sentido prático, poderão gerar interpretações distorcidas, sendo, portanto, consideradas contrárias aos superiores interesses daquele Tribunal.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 115/89

P A R E C E R:

Examinando o Veto Parcial Apostado ao Projeto de Lei nº 24/89, verificamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando portanto em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

O veto parcial apostado incidirá sobre as expressões "nas profissões pertinentes", contidas no artigo 1º, do Projeto de Lei referido, as quais podem gerar interpretações distorcidas, sendo consideradas contrárias aos superiores interesses do Tribunal de Contas.

Por outro lado, o artigo 66, § 2º da Constituição Federal, diz textualmente: "O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea". O fato não ocorre no presente caso.

Deixando, pois, a decisão de mérito para a oportunidade correta, somos, por flagrante desrespeito a Carta Magna, contra o veto governamental.

É o parecer.

Rejeitado o parecer contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.89

(aa) CANDIDO BASTOS

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/89, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 110/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Weisô-

polis". Com RELATORIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

HOMERO OGUIDO
Relator

OF/DTL/Nº 118/89

Curitiba, 28 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho honra de acusar o recebimento do Ofício nº 121/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 110/89, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 8.393, de 24 de outubro de 1986.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 110/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Weisópolis, com sede e foro em Piraquara, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.06.89

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 110/89

P A R E C E R:

Examinando o Veto aposto ao Projeto de Lei nº 110/89, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando portanto em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Analisando as razões que provocaram o Veto ao referido plano de Lei, constatamos que o mesmo foi aposto em razão do fato da entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 8.393, de 24 de outubro de 1986.

Por tal fato, emitimos o nosso parecer favorável a manutenção do Veto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/89, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI nº 162/88, de autoria do DEPUTADO PAULO FURIATTI, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências. Com RELATORIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 146/89

Curitiba, 02 de agosto de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 139/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 162/88, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a produção, distribuição e a comercialização no Estado do Paraná, de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, estão condicionados a prévio cadastramento perante a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, assim como adota outras providências.

O veto parcial apostado incidirá sobre as expressões "estimulantes", contidas no art. 1º, na letra "e" do artigo 3º e no "caput" do art. 4º e "estimulante ou", contidas na letra "d" do art. 3º.

A necessidade de veto às mencionadas expressões deve-se ao fato da recente Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União datado de 12.07.89, ter incluído os produtos estimulantes entre aqueles que a referida lei conceitua como "produtos agrotóxicos ou afins", estabelecendo, ainda, normas pertinentes à pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulação, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de tais produtos.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO PARCIAL APOSTO AO
PROJETO DE LEI Nº 162/88

P A R E C E R:

Examinando o Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 163/88, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando portanto em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Analisando as razões ao Veto Parcial Aposto, verificamos que o mesmo obedeceu ao disposto no artigo 47, inciso III, e ao disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, incidindo o Veto Parcial sobre as expressões "estimulantes" contidas no artigo 1º, na letra "e" do artigo 3º e no "caput" do artigo 4º e "estimulantes ou", contidas na letra "d" do artigo 3º.

A Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União datado de 12 de julho de 1989, incluiu os produtos estimulantes entre aqueles que a referida lei conceitua como "produtos agrotóxicos ou afins", estabelecendo, ainda, normas pertinentes à pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulação, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de tais produtos.

Estes foram os motivos que levaram Sua Excelência a vetar parcialmente o presente plano de lei.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer favorável, a manutenção do Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 162/88.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/89, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 075/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que cria o Distrito Administrativo do Vale Azul, no município de Sarandi-PR, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC nº 141/89

Curitiba, 19 de julho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 137/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da

Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 075/88, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete dos Municípios "criar", organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual".

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

Projeto de Lei 75/88 (Publ. no D.A. nº 19 de 06.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 55/89

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz veto apostado ao Projeto de Lei nº 75/88, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado através do Ofício Nº DTL/141/89 daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual da atribuição que lhe confere os arts. 28, § 1º, 47, inciso III, ambos do Instituto Constitucional Estadual. A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado fato é a inconstitucionalidade do mesmo, tendo em vista que o art. 30, inc. IV, da Constituição Federal, dispõe que compete aos Municípios criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual. Sendo este o motivo que levou o Senhor Governador a vetar o Projeto de Lei em tela.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para a apreciação dos vetos.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão SIM.

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão NAO.

io vai proceder à
es Deputados pa-

ruda). - Procê-
dos Senhores De-

(Anibal Khury) - 32
dois) dos Senhores Deputados

Signo os Deputados Elio Rusch e José
Tavares para comporem a Comissão Escruti-
naçora.

Votaram 32 (trinta e dois) Senhores
Deputados, dos quais 20 (vinte) dos Senho-
res Deputados pela manutenção do Veto.

8 (oito), votaram pela rejeição do Ve-
to.

3 (três) em branco.

1 (um) voto nulo.

Estão mantidos os Vetos.

Concedemos a palavra ao Deputado Os-
waldo Trevisan para saudar o nosso querido
Deputado Aloísio Krolin.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presiden-
te, Senhores Deputados.

E com muita honra que recebo a incum-
bência do Senhor Presidente Anibal Khury,
para fazer a saudação ao nobre Deputado
Aloísio Krolin do Partido dos Trabalhado-
res do Estado do Espírito Santo. O nobre
Deputado vem ao Paraná especialmente a es-
ta Assembléia Legislativa para visitar
certamente tanto os companheiros de parti-
do que integram nesta Assembléia Legisla-
tiva, os Deputados Doutor Rosinha, Ovídio
Constantino, Ernani Pudell, que integram
aqui na vibrante e atuante Bancada do Par-
tido dos Trabalhadores. E Vossa Excelência
estando aqui no Paraná, estando aqui nesta
Assembléia, receba também as nossas home-
nagens, pois sabemos que Vossa Excelência
é um vibrante Deputado do Partido dos Tra-
balhadores, na Assembléia Legislativa do
Espírito Santo, além do Deputado nas suas
atividades profissionais, Vossa Excelência
é professor da Universidade Federal do Es-
pírito Santo, e como Professor Vossa Exce-
lência exerce a sua cátedra no ensino das
ciências sociais e das ciências políticas.
E dentro da Assembléia Legislativa do Es-
pírito Santo, Vossa Excelência é o Presi-
dente da Comissão de Política e é o vice-
-Presidente da Comissão da Educação.

Meu nobre Deputado Aloísio Krolin, es-

ta Casa se sente honrada também aqui com a
sua presença, pois que o seu partido tem
dado uma grande contribuição a reconquista
democrática neste País e tem empunhado a
sua bandeira de luta em defesa das insti-
tuições, em defesa da melhoria da qualida-
de de vida do povo brasileiro, lutando
também contra as desigualdades sociais
neste País, que é uma bandeira de todos
nós, pois buscamos um desenvolvimento glo-
bal e integrado, de maneira que possamos
fazer com que a população brasileira tenha
acesso aos benefícios do progresso econô-
mico.

Nós não podemos nos conformar e preci-
samos também nos insurgir em mostrar a
nossa não concordância com um País que é a
8.ª economia do mundo, um País economica-
mente rico, mas socialmente pobre. Somos
um País rico economicamente, mas a concen-
tração de rendas na mão de poucos, faz com
que sejamos um País, onde poucos tem muito
e muitos não tem quase nada.

Então o nosso trabalho tem que ser
efetivamente de melhorar esta distribuição
de renda, fazendo com que o povo brasilei-
ro tenha atendimento pelo menos às suas
necessidades básicas essenciais de alimen-
tação, habitação, vestuário, transporte,
higiene, saúde e escola, para que possamos
construir verdadeiramente uma nação que
possa ser economicamente e politicamente
aberta e forte, e socialmente justa.

Seja bem-vindo, nobre Deputado, a esta
Casa de Leis e as nossas homenagens a Vos-
sa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto
o Deputado Aloísio Krolin se deseja
fazer uso da palavra.

O SR. ALOÍSIO KROLIN - Eu agradeço e gos-
taria de cumprimentar a todos os Depu-
tados aqui e dizer que estou impressionado
pelos trabalhos desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós é
que agradecemos a sua presença Deputa-
do e desejamos uma feliz estada em nossa
Cidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente Sessão Extraordiná-
ria.

Levanta-se a sessão.